

IA Inclusiva: Como a Inteligência Artificial Pode Ampliar Oportunidades para Pessoas com Deficiência

Ráysa Horanna Silva Santos¹

1 - INTRODUÇÃO

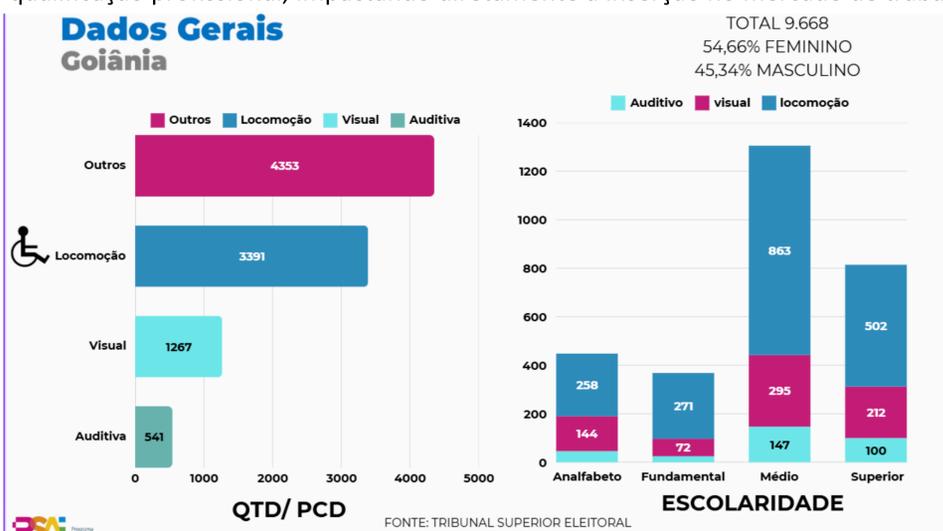
A diversidade, equidade e inclusão são essenciais para uma sociedade inovadora, produtiva e competitiva. Segundo a LBI (2015), acessibilidade e participação plena são direitos fundamentais. No Brasil, 8,9% da população (quase 19 milhões de pessoas) possuem algum tipo de deficiência, e em Goiás esse número chega a 582 mil. Apesar desse contingente expressivo, 71% das pessoas com deficiência não possuem instrução ou têm apenas o ensino fundamental incompleto, evidenciando barreiras no acesso à educação e ao trabalho (IBGE, 2019; IMB, 2023). Com a crescente transformação digital, estudos apontam que as profissões do futuro estarão fortemente ligadas à Inteligência Artificial (IA). O Fórum Econômico Mundial (2023) destaca a necessidade de garantir inclusão na economia digital. Nesse contexto, investir na qualificação de pessoas com deficiência na área de IA torna-se uma estratégia essencial para formar um grupo de referência em Goiás, impulsionar atualizações tecnológicas e promover inclusão produtiva. A IA pode, além de otimizar atividades diárias, impulsionar a requalificação profissional, garantindo que a diversidade seja integrada ao desenvolvimento econômico e social.

2 - OBJETIVO, MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa teve como objetivo traçar um perfil detalhado e realista das pessoas com deficiência no estado de Goiás, a fim de propor um Programa de formação em Inteligência Artificial adaptada a grupos específicos por tipo de deficiência. O propósito é desenvolver projetos-piloto de turmas especializadas, permitindo a replicação da formação e consolidando Goiás como uma referência nacional na área. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica e pesquisa documental, analisando dados de órgãos institucionais como IBGE, IMB, Justiça Eleitoral, INEP e FIMTPODER. A análise concentrou-se na construção de um perfil socioeconômico e educacional das pessoas com deficiência, possibilitando identificar interseccionalidades relevantes e mapear grupos em maior situação de vulnerabilidade social. Essa abordagem visa embasar a proposta de qualificação em IA com um direcionamento mais preciso e inclusivo.

3 - RESULTADOS

A pesquisa aponta desafios para a inclusão de pessoas com deficiência (PCDs) em Goiás, especialmente na educação e empregabilidade. O estado possui **582 mil PCDs**, representando 8,52% da população, sendo que 71% não concluíram o ensino fundamental. No mercado de trabalho, há 16.769 vagas disponíveis para PCDs, mas apenas 52% foram preenchidas, resultando em um déficit de 7.988 vagas. Setores como agropecuária, indústria, construção e comércio oferecem maior remuneração para essa população. A baixa ocupação das cotas reforça a necessidade de capacitação profissional e fiscalização do cumprimento da legislação. Em Goiânia, há 9.668 PCDs cadastradas. A maioria apresenta deficiência relacionada à locomoção (3.391 pessoas), seguida por deficiência visual (1.267), auditiva (541) e outras categorias (4.353). Quanto à escolaridade, 863 pessoas possuem ensino médio completo ou em andamento, apenas 502 têm ensino superior e 258 são analfabetas. Esses dados demonstram um gargalo na qualificação profissional, impactando diretamente a inserção no mercado de trabalho.



4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa revelou fragilidades na gestão de dados sobre a população com deficiência, tanto em Goiás quanto no Brasil. Não há um sistema consolidado de indicadores que reúna informações de forma clara e objetiva, dificultando a formulação de políticas públicas eficazes e direcionadas. A falta de um levantamento detalhado impede a identificação de quais grupos interseccionais dentro da população com deficiência demandam atenção prioritária. Mesmo órgãos estruturados não possuem dados suficientemente robustos para traçar um perfil socioeconômico e educacional preciso.

Diante dessa lacuna, propõe-se a criação de um aplicativo para autodeclaração de dados por pessoas com deficiência, garantindo segurança e conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Esse recurso permitirá um acompanhamento contínuo, fornecendo informações em tempo real para ações estratégicas.

Para além disso, a inclusão de pessoas com deficiência no desenvolvimento de soluções tecnológicas é essencial. Historicamente, produtos e tecnologias são criados sem considerar esse público e apenas posteriormente adaptados. O modelo universal deve ser adotado desde a concepção das inovações, garantindo acessibilidade e usabilidade para todos.

Por fim, propõe-se a formação de núcleos especializados, compostos por profissionais com deficiência visual, auditiva, intelectual e física, para a cocriação de soluções específicas para cada necessidade. Isso permitirá um avanço significativo na inclusão digital, educacional e profissional, garantindo equidade e acessibilidade desde o desenvolvimento das tecnologias até sua aplicação na sociedade.

5 - REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 05 mar. 2024. BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 06 mar. 2024. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Assembleia Geral da ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 07 mar. 2024.

Dados Estatísticos e Relatórios BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Características Gerais dos Moradores. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 02 mar. 2024. GOIÁS.

Instituto Mauro Borges (IMB). Perfil Socioeconômico das Pessoas com Deficiência no Estado de Goiás. Goiânia: IMB, 2023. Disponível em: <https://www.imb.go.gov.br>. Acesso em: 03 mar. 2024. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). O futuro do trabalho e inclusão de pessoas com deficiência. Genebra: OIT, 2022. Disponível em: <https://www.ilo.org>. Acesso em: 04 mar. 2024.

WORLD ECONOMIC FORUM (WEF). The Future of Jobs Report 2023. Genebra: WEF, 2023. Disponível em: <https://www.weforum.org>. Acesso em: 05 mar. 2024.

6 - AUTORES

1 Educadora há 13 anos Bióloga | Pedagoga | Psicopedagoga Especialista em Diversidade e Inclusão

E-mail: raysa0212@gmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7450364136654583>